



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BARÃO - RS**

ATA NÚMERO OITOCENTOS E QUARENTA E TRÊS

Aos oito dias do mês de dezembro de 2020, às dezenove horas, reuniram-se em Sessão Ordinária, na Câmara Municipal de Vereadores, sita a Rua da Estação, mil e trinta e três, sala cento e dois, os seguintes Vereadores: o Presidente Pedro Gilson Jahn, o Vice-presidente Ademar Gauger, o primeiro Secretário João Carlos Jahn, o segundo Secretário Claudir Antônio Ludwig e os vereadores: Bernardino Scottá, Luiz Felipe Werner, Laudir Abel, Dalcir Luis Ebeling e Marino Pedro Zagonel. O Presidente deu início a Sessão cumprimentando os presentes. O Secretário leu um trecho da bíblia. Foi lida a ata da Sessão Ordinária do dia 1º de dezembro a qual foi aprovada por unanimidade. Passando a análise dos projetos foi lido projeto de Lei 2447 que dispõe sobre o reajuste, o calendário de pagamento e os descontos concedidos sobre IPTU, ISSQN – Fixo e sobre as taxas municipais e fixa o valor da URM. O parecer da Comissão é favorável e o projeto é colocado em discussão. Felipe diz que desde o início desta Legislatura há uma confusão quanto aos índices e reajustes do IPTU. Diz que este projeto só confirma a falta de parâmetros da Administração com a questão, diz ainda que mandar um projeto com o reajuste zerado, sendo que não estarão mais no Governo, lhe soa muito mal. Comenta ainda que nunca havia ouvido falar deste índice, este fato não vem ao caso, mas é sabido que o reajuste dos servidores é concedido pelo IGP-M, quando dá negativo todos aceitam sem reclamar, mas também quando tiver uma previsão de índice alto, os servidores tem direito de lutar pelo índice inteiro. Para os moradores é bom, mas quando o índice utilizado sempre está em quase 25% e o projeto é apresentado com um índice zerado, não soa bem para seus ouvidos. Pedro Gilson comenta que desde que tem lembrança é utilizado o IGP-M. Laudir comenta que não são só os tributos que envolve o projeto, a URM também não teve reajuste e muitas coisas dentro da Administração são baseadas na URM. Quando o reajuste vem zerado é sabido que não se recupera mais. No seu entender deveriam ter utilizado o índice de praxe e justificar um aumento menor que o previsto, pois lhe preocupa principalmente a questão das taxas. Marino comenta que a nível estadual o imposto vai aumentar de 12 para 17%, a justificativa é que o Estado perdeu arrecadação. Lhe chama a atenção que não houve reajuste, pois como município arrecadando menos é a população que fica sem o atendimento. Independentemente de quem está no poder, sua preocupação é com a população, Claudir concorda que não deveria se alterar o indexador e sim justificar um aumento menor do que o que era previsto, mas importante ter um reajuste uma vez que muita coisa é baseada na URM. Questiona se alguém sabe qual a justificativa do Governo para trocar de índice. Pedro Gilson diz que sabe o que está no projeto e que foi uma decisão da Comissão do Governo, lembra que não são só os tributos que estão ligados a URM, mas também todos os auxílios concedidos pela Administração. Estes estão todos congelados também para o ano que vem. Laudir acredita que poderia ter reajustado a URM e mantido zerado o IPTU. Dalcir concorda que o IPTU gerou muita confusão durante toda esta gestão. Realmente o reajuste de 25% seria demais, mas não aumentar o valor da URM talvez tenha sido uma maneira do Executivo equilibrar as entradas e saídas, pois com essa situação o município diminui o poder de investimento. Bernardino sugere que a comissão de transição de governo analise a questão e veja se isso é um problema ou não, é uma questão que deixaria em aberto para a nova Administração. Pedro Gilson diz que se aprovado, o projeto ainda pode ser alterado. Dalcir comenta que se os carnês são lançados não tem mais como alterar. Pedro Gilson diz que poderia sim ser feita alguma alteração. Bernardino diz que sua sugestão é uma possibilidade que se abre a fim de que a nova gestão analise a questão. Pedro Gilson comenta que tão logo soube da utilização deste novo índice, conversou com

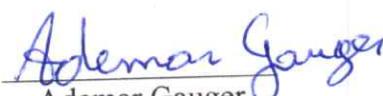


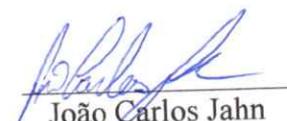
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

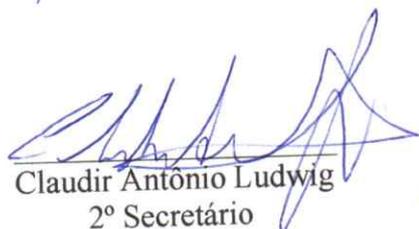
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BARÃO - RS**

a Comissão pois sua preocupação é também com o reajuste dos servidores que sempre foi utilizado o IGP-M. Felipe diz que vai votar contra o projeto pela falta de consideração, pois esse tipo de situação é diminuir a inteligência dos vereadores. Aconteceu num ano de ser baseado somente nos indicadores positivos, agora mudam o índice para que o reajuste fique zerado. Vota contra em forma de protesto a essa palhaçada de troca de índices de reajuste. Assim o projeto foi aprovado por sete votos favoráveis. O vereador Felipe votou contra o projeto. Em seguida foi lido projeto de Lei 2448 que dispõe sobre a permissão de uso de imóvel rural de propriedade do município para o Esporte Clube Copacabana. A Comissão emitiu parecer favorável e o projeto é colocado em discussão. Marino deixa como sugestão para a nova Legislatura que normatize com todos os clubes as permissões de uso, a fim de que não aconteça nenhum problema futuro. Assim o projeto foi aprovado por unanimidade. Dalcir sugere que seja encaminhado pedido ao Executivo para que faça a averbação da construção existente na área. Foi lido ainda projeto de Lei 2449 que abre crédito especial por arrecadação a maior no valor de R\$ 11.431,00. O parecer da Comissão é favorável e o projeto é colocado em discussão. Não havendo maiores considerações por parte dos vereadores, o projeto foi aprovado por unanimidade. Pedro Gilson comenta que reparou no projeto da permissão de uso que consta uma área de terras sem benfeitoria, precisa ser ajustado pois do jeito que está não está permitindo a utilização da construção do local. Sendo o que constava na pauta, o Presidente agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a Sessão Ordinária do dia 08 de dezembro de 2020. Assim sendo, lavro esta ata que após lida e aprovada será assinada pelos vereadores presentes na aprovação da mesma. Em tempo Marino corrige o índice de impostos do Estado dizendo que hoje está em 18% e no final do ano é para voltar para 17%. A previsão é que permaneça os 18%.


Pedro Gilson Jahn
Presidente


Ademair Gauger
Vice-Presidente


João Carlos Jahn
1º Secretário


Claudir Antônio Ludwig
2º Secretário


Luiz Felipe Werner
Vereador


Laudir Abel
Vereador


Bernardino Sottá
Vereador


Dalcir Luis Ebeling
Vereador


Marino Pedro Zagonel
Vereador